

COMBATE A UNIÕES PREMATURAS

Poucos avanços para dimensão do problema

Notícias, compromisso com os factos, 15.05.2021, pág. 01, Ed. n.º 31.299

MOÇAMBIQUE registou avanços no combate a uniões prematuras, com a aprovação da lei prevendo penas de oito a doze anos para pessoas envolvidas nesta prática, que tem impacto na vida das vítimas.

Santos Simione, membro do Secretariado da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), considera que o facto de se conseguir recuperar raparigas em uniões prematuras e devolvê-las à escola tem sido um marco importante para o país.

Contudo, entende que este ganho ainda é insuficiente em relação à dimensão do proble-

ma, tendo em conta as consequências que esta traz na vida das vítimas e para o país.

Explicou que em uniões prematuras as meninas ficam sujeitas a vários tipos de violência, a contaminação de doenças de transmissão sexual, como o HIV & SIDA, bem como o abandono escolar.

“As raparigas sofrem violência, incluindo o abuso sexual e psicológico. Estamos a ver que desde que a pandemia começou os índices de HIV tendem a crescer, ainda mais em meninas e em parte as uniões prematuras concorrem para esta realidade. Fora o HIV,

há também as fistulas obstétricas e a mortalidade materno e infantil”, anotou a fonte.

Avançou que alguns estudos mostram uma maior exposição da rapariga a uniões prematuras como consequência da eclosão da pandemia da Covid-19 no mundo e em particular no país.

Segundo Simione, concorrem para estes factores a permanência, por muito tempo, da menina em casa e não na escola e o aumento da vulnerabilidade de algumas famílias cujos responsáveis perderam os seus trabalhos devido à Covid-19.